

Abelaira, Pessoa e os gramáticos (2003)

[Publicado em *Criação e Crítica. Homenagem de 8 poetas e 8 ensaístas a Giulia Lanciani*, Giorgio de Marchis org., Lisboa, Caminho, 2003, p. 65-76.]

Augusto Abelaira é um dos autores mais citados da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra¹. A sua obra aparece citada, para atestar formas e usos linguísticos, nada menos de 56 vezes nessa gramática que, passados quase vinte anos sobre a publicação, continua a ser considerada como a principal gramática normativa do português, com validade tanto para a variante europeia da língua como para a brasileira. Apenas superam Abelaira no quadro dos autores de referência cinco outros escritores: por ordem decrescente, Machado de Assis (citado 134 vezes), Miguel Torga (80 vezes), Carlos Drummond de Andrade (73), Fernando Pessoa (64) e Fernando Namora (60). Isto significa que Cunha e Cintra, para a «descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá» (NGPC, xiv), repousaram um número muito significativo de vezes no testemunho de Augusto Abelaira, por reconhecerem na sua língua traços de contemporaneidade e de correcção que a recomendam como exemplar e paradigmática.

Mais ainda: Abelaira foi um dos autores em quem Cunha e Cintra mais extensamente confiaram para documentar e exemplificar a língua culta contemporânea. Como se sabe, a *Nova Gramática* assentou em trabalhos anteriores de Celso Cunha, com destaque para a sua *Gramática do Português Contemporâneo* (de 1970), trabalhos esses que «tinham principalmente em conta a variedade americana» (NGPC, xiv). Isso não impedia a *Gramática do Português Contemporâneo* de incluir atestações fornecidas por autores portugueses, não só os clássicos modernos habituais, mas mesmo alguns mais recentes como António Botto, Raúl Brandão, Ferreira de Castro, João de Araújo Correia,

¹ Remeto geralmente para a 1.^a ed. brasileira (Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985), que difere da ed. portuguesa (Lisboa, João Sá da Costa, 1984) em, além da ortografia, da terminologia e da paginação, outros pequenos detalhes.

Florbela Espanca e Pessoa. Mas não Abelaira. Este não é, portanto, um autor herdado pela *Nova Gramática* da sua antecessora, mas uma nova aquisição, e de peso, que se insere no projecto de ampliar, actualizar e consolidar o terreno linguístico a que a nova obra desejou dedicar-se. A Abelaira, e também a Namora, outra das novas aquisições, foi confiada grande parte da missão de representar o português europeu dos nossos dias, na sua vertente escrita culta.

Que uso lhe foi dado pela *Nova Gramática*, com vista a esse objectivo? Um uso que, tudo ponderado, se afigura bastante católico. São frases suas que comprovam a existência, e a decência, de possibilidades sintácticas como o uso do pronome demonstrativo *isto* enquanto sujeito de frase (*Isto não lhe arrefece o ânimo?* p. 122), o uso de numerais como objecto directo (*Nunca achou dois ou três?* p. 137), numerosos casos de uso, omissão ou colocação do artigo definido (pp. 207, 208, 211, 212, 214, 217, 222, 227, 228), o emprego do futuro simples para indicar factos certos ou prováveis posteriores ao momento em que se fala (*Mudaremos de casa.* p. 447) ou, para indicar acção futura imediata, do indicativo presente de *ir* seguido do infinitivo do verbo principal (*Vai casar com o meu melhor amigo.* p. 449), a expressão da dúvida através do conjuntivo (*Receava que eu me tornasse ingrato, que o tratasse mal na velhice.* p. 457) ou da negação da causa, expressa por conjuntivo após locuções conjuncionais negativas (*Foi a única coisa grandiosa da minha vida. Não porque me sentisse apaixonado,...* p. 458), a anteposição do gerúndio para representar acção iniciada antes e ainda decorrendo (*Estremecendo, vejo um casal de sessenta anos.* p. 480). E muitos outros casos assim, cuja ilustração sem dificuldade poderia ter sido confiada a vários outros escritores. Como foi: nestes e nos outros casos, Abelaira não costuma ser a fonte única de autoridade, dado que o método seguido pela gramática de Cunha e Cintra requer atestações múltiplas e sempre intercontinentais, visto que o seu objectivo principal é documentar a presença das mesmas regras gramaticais no português dos escritores do Brasil, de Portugal e de África.

A elevação desse objectivo – a «superior unidade» do idioma –, independentemente da opinião que se tenha acerca da sua viabilidade presente e futura, exculpa plenamente a rigidez do método e, digamos assim, a perfunctoriedade das atestações que precedem,

que comprovam construções tão consensuais e bem conhecidas que qualquer nativo da língua, integrado no standard ou em normas diatópicas e que tenha beneficiado de um período de aquisição bem sucedido, provavelmente tem embebidas na sua competência e recorrentemente actualiza sem hesitações que justifiquem o recurso a uma gramática normativa. A função destas atestações, tanto para fins prescritivos, como descritivos, poderia igualmente ser satisfeita por um *corpus* extraído de inquéritos à sociedade (que isenta o gramático do papel de seleccionador da fonte dos dados), ou então por uma colecção de exemplos confeccionados propositadamente pelo gramático (que se promove a fonte dos mesmos). Assim, o *Corpus de Referência* que o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa elaborou a partir das recolhas do Português Fundamental, ideadas e inicialmente dirigidas por Lindley Cintra, tem sido utilizado em numerosas descrições da língua contemporânea e será uma das fontes da gramática que o mesmo centro está a preparar. Assim também, algumas das mais recentes e importantes gramáticas das línguas peninsulares prescindem em absoluto de exemplos literários, preferindo buscar a língua no imo de cada gramático. É o que se passa na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* dirigida por Ignacio Bosque e Violeta Demonte (Madrid, Espasa, 1999), que confessa nas páginas iniciais: «a fonte principal dos dados foi a introspecção» (I, xxix). E se passa também na *Gramática da Língua Galega* de Rosario Álvarez e Xosé Xove (Vigo, Galaxia, 2002) e na *Gramática da Língua Portuguesa* de Maria Helena Mateus e *aliae* (Lisboa, Caminho, 5.^a ed. 2003). A *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara (1961; 37.^a ed., Rio de Janeiro, Lucerna, 1999) situa-se em virtuoso meio termo, combinando os exemplos introspectivos para ilustração dos usos gramaticais mais pacíficos com a citação de autores para casos de maior dificuldade. É nestes, realmente, que o recurso à língua dos escritores surte o melhor dos efeitos, pois empresta a sua autoridade a possibilidades linguísticas que podem causar estranheza inicial, ou por terem caído em desuso, ou por pertencerem a registos pouco percorridos pelo comum dos falantes, ou por serem novidades forjadas pelo próprio escritor e que aguardam aceitação por parte da comunidade. Em qualquer desses casos, vê-se qual seja o papel do escritor como fonte da língua de todos nós, quer actue legitimadamente como clássico, quer

mediunicamente como criador de frases que nunca antes tinham existido, mas estavam inscritas nas potencialidades da língua. Um exemplo: uma construção que não é vulgar – o emprego de expressão substantivada, na ocorrência uma oração infinitiva, como sujeito da oração – encontra-se documentada na *Nova Gramática* através de um verso de Pessoa (*O por fazer é só com Deus*. p. 122); mas seria possível enriquecer isto com outros dados pessoanos e mostrar que a mesma expressão substantivada é recorrente no poeta (... *sem nada feito e o por fazer / Mal pensado, ou sonhado sem pensar, / Vejo...*, aqui² como objecto de verbo transitivo), e ainda que outras expressões substantivadas, de estrutura ainda menos vulgar, por envolverem relativas, podem igualmente servir de sujeito na sua língua (*é meu irmão todo o que sofre e geme*³; *Todo o nada que és é teu*⁴). Outro exemplo: Alexandre O'Neill é citado por Cunha e Cintra apenas uma vez, a corroborar uma construção de todos os dias (*É provável que te sintas logo muito melhor*. p. 160); mas o seu *crocodiletante* poderia também ter sido evocado, não para recomendar às massas um vocábulo que nenhum dicionário porventura resgatará, mas para exemplificar um processo de aglutinação aprofundada, com haplologia de duas sílabas contíguas, que muita utilidade pode ter em neologias terminológicas.

Em resumo: quando toca ao ensino da língua materna e à fixação da norma, campos de que as gramáticas são instrumento por excelência, o que se espera dos escritores é que actuem nas fronteiras do standard com uma função patrimonial – reavivando memórias moribundas – e com uma função vitalizante – testando a elasticidade das regras e mantendo actualizada e próxima a relação referencial entre a língua e o mundo. E, quanto a inovações, não esquecer que elas não adquirem direitos de cidadania na gramática apenas pela via dos escritores; adquirem-nos quando são apropriadas pelos usos da política, da literatura, do jornalismo e da radiotelevisão (por esta ordem), como bem apontam Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani⁵. O standard, aquela norma mediana em que os cidadãos de uma língua se encontram e reconhecem, não se confunde com a língua dos escritores.

² *Poemas de Fernando Pessoa 1931-1933*, ed. Ivo Castro, Lisboa, IN-CM, 2003, poema 185.

³ *Ibidem*, poema 240.

⁴ *Ibidem*, poema 4.

⁵ G. Lanciani e G. Tavani, *Grammatica Portoghese*, Milano, LED, 1993, 24.

Retornando a Augusto Abelaira. Não foi certamente a partir de qualquer das suas atestações acima evocadas que se desenrolou o curioso episódio que Celso Cunha gostava de narrar, e que eu próprio já tenho recontado, depois de o confirmar com o prosador de *A Cidade das Flores*. Sucede que Abelaira, escrevendo um dia, teve dúvidas quanto à correcção de uma construção que lhe apetecia lançar no papel. Virou-se então para a *Nova Gramática*, em busca de respaldo normativo. Que encontrou: de facto, Cunha e Cintra registavam a construção pretendida, em termos que plenamente autorizavam Abelaira a empregá-la. Só que o escritor a que os gramáticos tinham ido buscar autoridade naquele caso particular era, como se adivinhará, o próprio Abelaira. Que não sabemos se chegou a reincidir na tal construção, dada a circularidade da prova.

Chama-se assim a nossa atenção para aquilo que pode ser uma fragilidade do método da autoridade. O espectáculo de escritores hesitantes quanto ao instrumento linguístico de que dispõem é, sem nenhuma dúvida, um precioso indicador sobre o estado da língua, as suas áreas críticas e a latitude da variação interna que ela permite. Os autógrafos torturados que os geneticistas adoram são também documentos linguísticos de primeira qualidade. Mas se passarmos da linguística à gramática, da descrição à normativa, temos de que nos inquietar com a possibilidade teórica de regras serem deduzidas a partir de frases que o autor, pensando duas vezes, talvez não tivesse subscrito. Seria curioso acompanhar o destino que cada uma das 15 citações de Vergílio Ferreira (tiradas da 7.^a ed. de *Aparição*, da 2.^a ed. de *Nítido Nulo* e de uma edição não identificada de *Cântico Final*) terá tido ao longo das subsequentes edições dessas obras, conhecendo-se a veia vergiliana de retocar pontualmente o texto de cada vez que ele era reeditado; alguma terá sido modificada por razões de norma gramatical?

Nenhuma das 56 atestações que Abelaira forneceu à *Nova Gramática* bordeja a agramaticalidade e, na verdade, poucas parecem merecer as dúvidas que o autor terá tido. Abelaira não recorda qual a construção que protagonizou a anedota, mas de entre elas destacarei algumas prováveis candidatas, quase todas envolvendo questões que são menos de correcção que de estilo:

(1) o realce do pronome sujeito pode ser obtido pela sua explicitação, acompanhado de adjectivos como *próprio* ou *mesmo* (*Muitas vezes eu próprio me sinto ser o que ela pensa que eu sou.* p. 279);

(2) o pronome possessivo precede normalmente o seu determinado, mas pode ser-lhe posposto em certos casos, como na interrogativa directa (*Agora ouve-se menos ou é apenas impressão minha?* p. 311);

(3) para designar uma acção possível, que ocorreria em momento posterior ao que se conhece e de que se fala, pode ser usado o futuro do pretérito simples, muitas vezes confundido com o condicional (*Tens a certeza de que, passadas as primeiras semanas, não lamentaria tamanho sacrificio?* p. 450);

(4) para designar um facto que pode ter ocorrido no passado, mas que não se sabe se ocorreu, usa-se o futuro do pretérito composto (*Sem ti, quem sabe?, teria sido uma grande cantora.* p. 453).

Três citações de Abelaira avalizam soluções no quadro algo oscilante da concordância entre verbo e sujeito, quando este é o relativo *que*. Na situação básica, o verbo concorda em pessoa e número com o antecedente do relativo: *Fui eu que lhe pedi*. Mas quando esse antecedente consiste em expressão do tipo *um dos + substantivo*, o verbo tem de optar entre concordar com o singular de *um* ou com o plural de *dos*. Embora seja nestes transes que as gramáticas normativas melhor revelariam a sua utilidade, Cunha e Cintra vêem-se forçados pelo procedimento conflitivo dos autores a admitir ambas as soluções, apenas exprimindo preferência por uma delas. Dizem eles: «... o verbo vai para a 3.^a pessoa do plural ou, mais raramente, para a 3.^a pessoa do singular» (NGPC, p. 490). E ilustram a concordância no plural, que preferem, com uma atestação de Gilberto Amado e com outra de Abelaira:

(5) És *um dos raros homens que têm* o mundo nas mãos.

Ou seja, um de entre os homens que *têm* o mundo nas mãos. Mas a concordância oposta, com o verbo no singular, é praticada por João Ribeiro, um dos patriarcas do normativismo gramatical luso-brasileiro, e por ninguém menor que Camilo, citado em frase cujo a-propósito não pode ter escapado aos autores da gramática (*Acurvado sobre a*

mesa esconsa de seu lavor mercantil, era, aí mesmo, um dos primeiros homens doutos que escrevia em português sem mácula).

Que fazer desta flagrante falta de concordância entre Abelaira e Camilo? Como sempre deve ser feito perante a dissonância de propostas igualmente respeitáveis, há que partir do princípio que não se trata de um lapso ou de peripécia negligenciável. É o que fazem os autores da *Nova Gramática*: sem deixarem de qualificar de rara a concordância produzida por Camilo, acrescentam-lhe uma observação em que justificam que o verbo singular contribui para o sujeito individual se destacar do grupo a que pertence, o um de entre os vários. E assim chamam a nossa atenção para que há ênfases e inflexões do significado que podem ser obtidas por meio de regra gramatical pouco frequente ou mesmo por infracção controlada à norma. A diversidade não é erro, mas antes um facto da língua. A oscilação entre alternativas e a hesitação que está na sua origem são igualmente factos da língua, que não se podem pôr de lado como livro que não apetece ler. Sugerindo estas reflexões, Cunha e Cintra procuram compatibilizar o testemunho contraditório de dois dos escritores de referência da sua gramática. Bechara, que defende a mesma doutrina quanto à concordância⁶, exhibe o problema e implica a sua naturalidade com fulminante eficácia: as duas citações que dá (*Este era um dos que mais se doíam do procedimento de D. Leonor* contraposta a *Um dos nossos escritores modernos que mais abusou do talento*) foram colhidas a 9 páginas de distância uma da outra na mesma obra de Alexandre Herculano. Se foi este o problema que levou Abelaira a consultar a gramática de Cunha e Cintra, então ficamos sabendo que não foi o primeiro escritor que teve duas opiniões a seu respeito.

Mas pode bem ter sido um dos outros problemas de concordância em que é citado por Cunha e Cintra e em relação aos quais qualquer pessoa, ao escrever, é obrigada a pensar pelo menos duas vezes:

(6) quando o verbo tem dois ou mais sujeitos, mas estes são sinónimos ou quase, o verbo concorda com o mais próximo (*A conciliação, a harmonia entre uns e outros é possível*. p. 498);

⁶ Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37.^a ed., Rio de Janeiro, Lucerna, 1999, p. 562.

(7) quando o verbo tem por sujeito dois pronomes pessoais ligados por coordenativa – *ou, nem* –, é flexionado no plural e na pessoa que tiver precedência – *eu* sobre *tu*, *tu* sobre *ele* – (*Nem tu nem eu soubemos ser nós uma única vez.* p. 502).

Ponto da situação: há uma série de ideias feitas quanto ao papel fundamental que a língua dos escritores deve desempenhar no estabelecimento da normativa gramatical. Mas verifica-se que regras gramaticais contraditórias podem ser encontradas na obra de dois escritores ou, ainda, na mesma obra do mesmo escritor. Não surpreende, portanto, que um escritor duvide de determinada regra de que é o mentor consagrado. Tudo isto aponta, afinal, para o risco de se construir totalmente uma gramática normativa sobre o testemunho de escritores (ou sobre uma classe única de fontes linguísticas).

Outras ideias poderiam ser questionadas: o modo como a gramática normativa lida com a variação interna de um sistema linguístico, a viabilidade de uma normativa comum para todas as variedades linguísticas que dão pelo nome de língua portuguesa, etc. Mas incidirei apenas sobre mais um ponto: quando uma gramática normativa repousa sobre a autoridade dos escritores, repousa ao mesmo tempo na autoridade das edições que veiculam a obra desses escritores. E isso também tem seus riscos.

Inquietei-me há pouco com a possibilidade de regras gramaticais serem apoiadas em frases de que o próprio autor duvida. Que dizer de regras apoiadas em frases que o escritor não escreveu? Passemos de Abelaira para Fernando Pessoa, cujas edições críticas oferecem uma base suficiente para revisões das leituras da vulgata pessoana, constituída, como se sabe, pelas numerosas edições inseridas na tradição Ática-Aguilar. *A Nova Gramática* utiliza várias dessas edições, mas limitei o meu confronto a citações extraídas da *Obra Poética*, editada por Maria Aliete Galhoz (Rio de Janeiro, Aguilar, 1960).

Detectam-se alguns erros de cópia, para o que, em rigor, não são precisas edições críticas:

(1) Tanto as edições brasileiras da *Nova Gramática* (p. 160) como as portuguesas (p. 165) citam erradamente um verso do poema XLVIII do *Guardador de Rebanhos – Esse é o destino dos versos –*, mudando *Esse* para *Este*. O erro é privativo da *Nova Gramática*, pois não se encontrava na sua antecedente, a *Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha, onde o exemplo também é citado (p. 115), assim como não se encontrava, obviamente, na edição Aguilar. Como o exemplo se destina a mostrar um aspecto da colocação do pronome, a demonstração em nada fica prejudicada pelo erro.

Os dois exemplos seguintes diferem deste em conterem leituras da vulgata que a edição crítica alterou:

(2) para documentar o uso do infinitivo impessoal, a *Nova Gramática* (p. 473) recolhe da ed. Aguilar um verso do poema II do *Guardador de Rebanhos: Amar é a eterna inocência*. Sucede que esta é a versão primitiva de um verso que teve prolongada evolução, cujas sucessivas etapas, documentadas por emendas manuscritas do punho de Pessoa, são as seguintes:

Amar é a eterna inocência
Amar é a pequena inocência
Amar é a inocência
Amar é a grande inocência
Amar é a primeira inocência

Esta última será, por conseguinte, a lição acolhida na edição crítica e aquela que deve figurar nas transcrições do poema; a todas as outras, incluindo a primeira, cabe tão só o papel de documentar uma instância particularmente sinuosa da criação verbal de Pessoa.

(3) para mostrar a situação básica de concordância de pessoa e número entre sujeito (não expresso) e verbo, a *Nova Gramática* (p. 486) cita um poema ortónimo de 1923, cujo primeiro verso é: *Nada sou, nada posso, nada sigo*.⁷ Simplesmente, a leitura do autógrafo não confirma esta versão, que corrige para: *Nada sou, nada passo, nada sigo*. Observar-se-á, com pertinência, que o valor probatório destas duas citações pré-críticas em nada é diminuído no que à gramática concerne. Não é esse o caso do exemplo seguinte, com que remato:

⁷ *Poemas de Fernando Pessoa 1921-1930*, ed. Ivo Castro, Lisboa, IN-CM, 2001, poema 61.

(4) a *Nova Gramática* dedica uma página (p. 295) ao «pronome de interesse», também conhecido por «dativo ético» ou «de proveito», que define como «apenas um recurso expressivo de que se serve a pessoa que fala para mostrar que está vivamente interessada no cumprimento da ordem emitida ou da exortação feita». Por vezes, acrescenta, «o seu valor se dilui num *me* expletivo, produzindo belos efeitos». Como ilustração, são citados dois versos do poema *Porque sou tão triste ignoro*, de 1932⁸, do seguinte modo:

*Desde menino me choro
E ainda não me achei fim!*

Reconhece-se aqui, especialmente em *achar fim (que me interesse)*, a função dativa que a gramática pretende exemplificar. Os exemplos de outros autores são talvez mais claros: *Olhem-me para ela* (Aquilino Ribeiro); *não me sejas palerma* (Machado de Assis); *Se eu me morrer de amores* (Vinícius de Moraes). E seria oportuno, em outro contexto, debater o conceito restritivo que a *Nova Gramática* defende para este processo, que também parece poder observar-se em outras circunstâncias: *bebe-lhe bem, come-lhe melhor*. Mas não é o que agora importa, e sim registar que entre as muitas e especiais dificuldades do manuscrito de Pessoa aqui envolvido não se encontra a decifração dos seus versos, devolvidos na edição crítica à verdade autográfica, que se aprecia melhor com a transcrição completa da estrofe:

*Porque sou tão triste ignoro
Nem porque subis em mim
Lágrimas que eu choro assim:
Desde menino vos choro
E ainda não vos achei fim.*

Não há, afinal, qualquer dativo de interesse neste poema, mas apenas dois simples pronomes da 2.^a pessoa plural, que servem respectivamente de objecto directo ao verbo *chorar* e de objecto indirecto ao verbo *achar*

⁸ Inicialmente publicado pela Ática em *Poemas Inéditos (1930-1935)* e reproduzido pela Aguilar; é o poema 133 de *Poemas de Fernando Pessoa 1931-1933*, ed. Ivo Castro, Lisboa, IN-CM, 2003.

Não convém citar uma autoridade através de um texto sem autoridade. Questiona-se por vezes a utilidade das edições críticas. A quem o fizer, pode responder-se que elas servem, entre outras coisas, para isto.